

MATERNIDADE E VELHICE NO ROMANCE *QUARENTA DIAS* DE MARIA VALÉRIA REZENDE

Motherhood and senescence in the novel *Quarenta Dias*, by Maria Valéria Rezende

Renata Cristina Sant'Ana

<https://orcid.org/0000-0001-5854-317X> 

Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. MG, Brasil. 30036-330 – ppg.letras@ufjf.edu.br

Resumo: O corpo feminino em fase de envelhecimento é duplamente alvo das formas de controle, uma vez que tanto os corpos femininos quanto os corpos velhos encontram-se situados no interior de uma rede de poderes que lhes impõe limitações, proibições e/ou obrigações. Trata-se de corpos constantemente submetidos a uma forma de poder, à qual Bourdieu (2012) atribui a noção de violência simbólica, exercida pelas estruturas de dominação, que acabam por orientar as práticas sociais. Assim, a partir das considerações em torno da dualidade público/privado (BIROLI, 2014a, 2014b, 2015), este artigo busca analisar a condição feminina na velhice, as relações familiares e a temática da maternidade representadas no romance *Quarenta Dias*, de Maria Valéria Rezende (2014), a fim de demonstrar como a atuação da violência simbólica sobre o corpo feminino em fase de envelhecimento é naturalizada e sistematicamente reproduzida. Através deste estudo, procurei apresentar o modo como o romance possibilita repensarmos a velhice feminina para além dos estereótipos e preconceitos existentes, na medida em que rompe com estruturas socioculturais e discursivas dominantes, fazendo ecoar um tipo de voz contracultural, capaz de produzir novos valores e novas formas de pensar o feminino e a velhice.

Palavras-chave: Crítica feminista. Velhice. Maternidade. Maria Valéria Rezende.

Abstract: The aging female body is a double target of control ways since both female bodies and old bodies are inside a network of powers that impose limitations, prohibitions, and/or obligations to them. Those bodies are constantly submitted to a power Bourdieu (2012) regards as symbolic violence, exercised by domination structures, which end up guiding social practices. Hence, referring to considerations about the public/private duality (BIROLI, 2014a, 2014b, 2015), this paper intends to analyze the female condition in senescence, as well as the familiar relationships and the theme of motherhood as they are represented in the novel *Quarenta Dias*, by Maria Valéria Rezende (2014). The aim is to demonstrate how the performance of symbolic violence on the aging female body is naturalized and systematically reproduced. Through this study, I have looked for presenting how the novel gives rise to the possibility of rethinking female senescence beyond existing stereotypes and prejudices. It disrupts dominant socio-cultural and discursive structures, giving echo to a kind of countercultural voice, which is able to produce new values and new ways of thinking about the feminine and senescence.

Keywords: Feminist criticism. Senescence. Motherhood. Maria Valéria Rezende.

Pensar a representação do feminino na literatura contemporânea implica revisitar as tantas questões existentes, relacionadas à luta das mulheres por direitos, desde o surgimento do movimento feminista no século XIX até os dias de hoje. A ideia de igualdade entre os sexos, que mobilizou as primeiras feministas em diversas partes do mundo,

resultou em significativas conquistas, como o direito à educação formal, à escolha da profissão, ao voto e à participação na política. Já na década de 1960, durante as lutas pelos direitos civis (divórcio, controle reprodutivo, enfrentamento da violência doméstica), diferentes correntes feministas atribuíram a sujeição feminina à ordem capitalista e ao papel desempenhado pela mulher na reprodução humana. Assim, ao considerar o processo reprodutivo como origem da subordinação das mulheres na sociedade patriarcal, o corpo feminino passa a constituir um elemento condicionante para a permanência da opressão, que não se explica pela natureza biológica, mas sim pelos arranjos socioculturais. Deste modo, a condição feminina, na perspectiva dos estudos de gênero, passa a ser compreendida como um constructo sociocultural ligado às relações de poder cujo exercício não se restringe à esfera pública, manifestando-se no cotidiano e nas relações mais íntimas que envolvem homens e mulheres.

No tocante às relações familiares estabelecidas a partir do casamento, que têm como consequência a maternidade, torna-se necessário discutir as dificuldades e os cerceamentos impostos às mulheres na esfera privada da vida, limitada ao espaço do lar, em contraposição às tantas possibilidades de modos de vida presentes na esfera pública. De acordo com Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014), é a partir do modo como se define o pertencimento a cada uma das esferas da vida que, primordialmente, se estabelecem as desigualdades de gênero, de modo que as instituições vigentes passam a naturalizar e a reproduzir as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, desencadeando consequências desfavoráveis para as mulheres.

Frente a esta situação, o feminismo, enquanto teoria e prática política, se articula como movimento que compreende a submissão da mulher na esfera doméstica como fato interligado à sua exclusão da esfera pública. Guiadas pelo entendimento de que, no momento em que são negadas às mulheres condições favoráveis ao desenvolvimento de sua articulação na vida pública, elas acabam sendo lançadas para o interior do universo privado do lar, adentrando em um círculo vicioso que inclui o isolamento, o trabalho não remunerado, a dependência material, e, por conseguinte, a imobilidade social.

De acordo com Flávia Biroli (2014a), compreender a dualidade público/privado no pensamento e nas normas políticas permite revelar a história não contada sobre a construção das relações desiguais entre os gêneros, a partir do ponto de vista e da posição das mulheres. Segundo a socióloga, as experiências vivenciadas nos limites da esfera privada estariam preservadas da intervenção do Estado, o que impediria o acesso igualitário aos direitos, e, conseqüentemente, manteria as mulheres em condições desvantajosas na sociedade, no que diz respeito ao cerceamento da sua liberdade e limitação da sua autonomia. Frente às muitas questões que circundam o dualismo público/privado e que fazem da família um dos objetos de reflexão clássico do feminismo, o que se percebe, segundo Biroli (2014a), é a impossibilidade de descolar a esfera da vida pública da esfera da vida privada, pois “os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma esfera serão sentidos na outra” (BIROLI, 2014a, p. 33).



Em muitos casos, considerando especificamente o papel tradicionalmente desempenhado pelas mulheres no interior do que se compreende como formas convencionais de família, o que se percebe em seu modo estrutural de funcionamento são dispositivos atuando a favor da reprodução das desigualdades de gênero, através de arranjos que favorecem a manutenção da pobreza, da exploração e da marginalização das mulheres. A questão da divisão sexual do trabalho evidencia a desvalorização social do trabalho doméstico, que inclui o cuidado para com o(s) outro(s), na maioria das vezes desempenhado por mulheres. Trata-se de um trabalho imprescindível, porém desvalorizado socialmente e mal remunerado, o que torna um agravante para o problema da dependência material, levando à feminização da pobreza. A esse respeito, Biroli explica que:

Há uma série de desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. A interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remunerados e a mobilidade social negativa associada às duas primeiras podem derivar da responsabilização das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos [...]. Há, assim, risco crescente de exposição à pobreza e às formas de vulnerabilidade que decorrem da dependência dos recursos provenientes do trabalho remunerado do marido e/ou de outros homens (BIROLI, 2014b, p. 58).

É importante perceber que o problema acima exposto ultrapassa a ideia de que ele possa ser compreendido e aceito como condição momentânea e passageira, ou mesmo como fruto de uma escolha autônoma da mulher. Não é. Quando Biroli (2014b) utiliza-se do termo “arranjos convencionais”, ela traz para o centro da nossa reflexão a necessidade de questionarmos a maneira como histórica, social e culturalmente se deu a construção desses arranjos, visando interesses e relações de poder muito bem definidos, que são determinantes para o direcionamento do destino social das mulheres.

Diante da estrutura formadora e responsável por sustentar um modelo social de base patriarcal, a família, enquanto instituição, concentra valores e modos de funcionamento que estabelecem cerceamentos de ordens diversas na vida das mulheres, seja no mundo do trabalho, no campo da política, dos comportamentos sociais, na sua relação com o próprio corpo, com a sexualidade, no modo de usufruir do tempo livre e do lazer. Os modos de funcionamento cerceadores, quando não impossibilitam, acabam por dificultar o trânsito e a mobilidade social das mulheres, de modo a mantê-las aprisionadas em um círculo fechado e limitado de possibilidades de existência e de modos de viver. A responsabilização pelos cuidados com a casa, com a família e, principalmente, a responsabilização, muitas vezes exclusiva, pela educação dos filhos, acaba fazendo com que muitas mulheres se afastem do convívio social e desistam de prosseguir em sua formação profissional, sendo, assim, sugadas para o centro de um processo que implica a anulação pessoal e o apagamento de outros papéis sociais que não os definidos nos limites da esfera doméstica.

Em meio a esta estrutura, a maternidade tem se mostrado ferramenta poderosa para forjar o lugar de submissão e, por conseguinte, de opressão sobre as mulheres devido às

maneiras como são delineadas as possibilidades de vida futura para aquelas que se tornam mães e que almejam também uma vida para além dos cuidados com os filhos e com o lar. A maternidade, nos moldes como foi difundida pelo poder patriarcal, ainda se apresenta como arena para o exercício do poder que institui o lugar de submissão há séculos imposto à mulher. Ao perceber as condições imputadas e naturalizadas, ao longo de muitas gerações, ao exercício da maternidade, muitas escritoras, dentre elas Maria Valéria Rezende, têm colocado em questão as representações tradicionais pautadas em valores socioculturais.

Literatura, velhice e maternidade

O romance *Quarenta Dias* é uma das poucas narrativas da literatura brasileira que tem como narradora e protagonista a figura de uma mulher velha. Segundo Suzana Moreira de Lima (2008), não é só na sociedade que a velhice é marginalizada, esta é também excluída quando não aparece nos textos literários, visto que personagens velhas são pouco presentes na literatura brasileira, especialmente como protagonistas. De acordo com as pesquisas de Lima (2008) e de Dalcastagnè (2011), nos textos narrativos que abordam a velhice, a voz narrativa quase nunca é do velho e, quando se trata da voz feminina, o quadro agrava-se. Frente a esta situação, o romance de Maria Valéria Rezende assume uma posição importante por trazer à cena literária contemporânea uma narradora-protagonista velha, o que permite compreendê-lo “como uma tentativa de minimizar o preconceito e a exclusão da mulher velha em nossa sociedade” (LIMA, 2008, p. 82). Nesse sentido, o romance se apresenta como uma forma de denúncia da condição feminina na velhice ao mesmo tempo em que apresenta novos olhares e posturas em relação a esta condição, na medida em que revela a percepção que a própria mulher velha tem de si mesma, sendo narrada a partir de sua própria voz, sob a sua própria ótica frente à questão do envelhecimento e da velhice. Em relação às observações acerca da representação literária do envelhecimento e da velhice, Lima (2008) revela, em sua pesquisa, o quanto há conflitos entre as gerações, ainda que, na maioria das vezes, com o intuito de fazer o melhor para o outro. “Os mais velhos não podem optar por aquilo que os faz mais felizes porque os mais novos racionalizam suas vidas. [...] Os velhos, quando podem, tentam resistir” (LIMA, 2008, p. 82).

A história de Alice, protagonista do romance, é um claro exemplo do controle exercido sobre o corpo velho, como se o avanço da idade significasse perda da autonomia e o poder de decidir sobre si passasse a pertencer a outras pessoas consideradas em condições mais apropriadas, ou seja, pessoas mais jovens, geralmente os filhos, ou outros familiares. Como é possível perceber no trecho em que Alice tece seus comentários sobre as atitudes da filha:

Norinha, pelo visto agora detentora não só das ‘rédeas do meu destino’, mas também da chave da minha moradia e do meu cardápio, que vinha na forma de uma quentinha com um almoço. Fiquei calada só olhando [...]. Nem era



preciso dizer nada, porque ela (Norinha) perguntava e respondia em meu nome (REZENDE, 2014, p. 48-49).

Eu, pasmada, sentada no mesmo canto, ouvindo [...] E por aí foi, Norinha perguntando e respondendo por mim [...]. Não tive de dizer quase nenhuma palavra, mas o desgosto de saber que ela tinha chave para entrar no meu esconderijo quando quisesse me fez acabar de engolir o tal queijo, quase engasgando, e pedir-lhe emprestada a duplicata das chaves, Pra eu mandar fazer mais uma cópia que vou precisar pra faxineira. Ela me olhou desconfiada, Mas faz logo e me dá de novo, tá Maíinha', que fico mais sossegada, a senhora aqui sozinha... (REZENDE, 2014, p. 50).

É como se o corpo envelhecido perdesse a capacidade de agir e de responder por si próprio, o que, na maioria dos casos, não condiz com a realidade. Trata-se de um estigma cultural que acaba determinando as condutas dos indivíduos e atuando de maneira decisiva nas relações sociais, demarcando, de modo mais ou menos sutil, os lugares de poder.

De acordo com Elódia Xavier (2007), pensar o corpo representado na narrativa de autoria feminina implica considerá-lo como um “local de inscrições sociais, políticas, culturais e geográficas” (XAVIER, 2007, p. 23), posto que a imagem e os valores a ele atribuídos são construídos em função dos interesses norteadores das sociedades em suas diferentes localizações temporais e espaciais. De acordo com Xavier (2007), a análise da representação dos corpos nos textos literários produzidos por mulheres pode ser uma via para o conhecimento das práticas sociais vigentes, já que muitas questões relacionadas à vida social, como relações de poder entre gênero, classe, raça e geração, atravessam os corpos.

O corpo feminino em fase de envelhecimento é duplamente alvo das formas de controle que sobre ele são exercidas, uma vez que tanto os corpos femininos quanto os corpos velhos encontram-se situados no interior de uma rede de poderes que lhes impõe limitações, proibições e/ou obrigações. Trata-se de corpos constantemente submetidos a uma forma de poder, à qual Bourdieu (2012) atribui a denominação de violência simbólica, exercida pelas estruturas de dominação, que acabam por orientar as práticas sociais de maneira inconsciente e sistemática. De acordo com este autor, as estruturas de dominação são produto de um trabalho histórico de reprodução para o qual contribuem agentes específicos, presentes nas instituições, família, igreja, escola, estado. Assim, a atuação da violência simbólica sobre os corpos é naturalizada, e comportamentos de submissão que, de fato, são construídos socialmente, são introjetados nos indivíduos que passam a reproduzi-los regularmente em suas relações e práticas sociais.

No romance *Quarenta Dias* (REZENDE, 2014), a narradora e protagonista Alice é um exemplo que ilustra a coerção social exercida sobre a mulher que é mãe, determinando o lugar que ela deverá ocupar e a função a ser exercida. Alice é uma mulher madura, que se encontra na faixa etária acima dos cinquenta anos, é professora aposentada, mas permanece em atividade dando aulas de francês na capital paraibana, João Pessoa, cidade onde reside. Norinha, sua filha já casada e vivendo do outro lado do país, na cidade de

Porto de Alegre, nutre o desejo de ter um filho, mas, para isso, precisaria contar com a presença de sua mãe Alice, para ajudá-la nos cuidados com o bebê, a fim de evitar que a experiência da maternidade venha causar prejuízos à sua carreira profissional.

Para muito além do olhar culturalmente construído, que associa ser mulher a ser mãe, a situação que se apresenta no romance traz à baila questões relacionadas à condição feminina na maternidade¹, que atravessam gerações. Trazer à luz um novo ser humano pode impactar não só a vida da mãe do bebê, como também da avó, como é o caso narrado por Alice, a protagonista do romance, ao ser convocada pela filha Norinha a assumir a função social que, historicamente, vem sendo imputada às mulheres:

Depois de uns três dias de declarações de amor filial, fora do costume, a ponto de me deixar cismada, deu o bote com certeza já armado havia tempo: Mãinha, tenho uma coisa importante pra lhe dizer. Chegou a hora da senhora virar avó! [...] Pra quando vai ser? Ela se mexeu, inquieta, hesitou e finalmente respondeu: Vai depender da senhora, Mãinha (REZENDE, 2014, p. 25-26).

Alice, longe de ser uma personagem construída nos moldes da “velhinha ingênua”, percebe logo as artimanhas da filha e atribui às gentilezas, atípicas no comportamento de Norinha, o caráter premeditado, pois os agrados da jovem, talvez, não passassem de investidas para convencer a mãe da ideia de se mudar para Porto Alegre e se tornar uma “boa vovozinha”. A decisão de Norinha por ter um filho dependia da aceitação de sua mãe em se dispor a auxiliá-la nos cuidados com o bebê. O apoio do marido, futuro pai da criança, sequer é mencionado no romance, fato que, além de evidenciar a desigualdade de gênero, que nos conduz à reflexão crítica sobre a divisão sexual do trabalho, leva-nos também a interpretar a personagem Norinha (filha de Alice) como uma mulher que internalizou e assimilou o discurso de poder masculino instituído no âmbito familiar, e que passa a reproduzi-lo sobre outra mulher, neste caso, a sua própria mãe, tentando convencê-la da obrigação de estar ao lado da filha, exercendo a função de avó e cuidadora. Na situação que se apresenta para Alice, tornar-se avó é tornar-se duplamente mãe, pois o apoio que ela deve oferecer à sua filha passa a se estender aos cuidados com o neto.

Tornar-se avó, em muitas circunstâncias, é uma experiência tida como positiva e

¹ Em seu livro, *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elizabeth Badinter (1985) busca desnaturalizar o “instinto da maternidade” desmontando o histórico esquema de pensamento responsável pela construção do discurso que apregoa a maternidade como função primordial e destino natural de toda mulher na sociedade. A filósofa realiza uma minuciosa revisão filosófica e histórica que tem como referência a sociedade francesa e oferece importante contribuição teórica para o pensamento feminista ao analisar as experiências das mulheres e a construção histórica e social do que denomina “mito do amor materno”. Em seu projeto teórico, Badinter demonstra o modo como se sucedeu a transformação do sentimento materno no período que vai do século XVII ao XX, sendo mais ou menos desvalorizado, em função das diferentes demandas sociais de cada contexto histórico. Tais demonstrações permitiram desconstruir a noção, historicamente construída, em torno do caráter natural do amor materno e a ideia da maternidade como função inerente à mulher. Badinter não nega a existência do amor materno, mas procura demonstrar que se trata de um sentimento construído a partir de discursos masculinistas, fundados em processos sociais, políticos e econômicos mais amplos e complexos, que além de inferiorizar a mulher, passou, a partir da segunda metade do século XVIII, a atribuir a responsabilidade da maternidade como valor moral e um dever, em nome da realização “pessoal” e da felicidade.

enriquecedora na vida de muitas mulheres. Contudo, no contexto em que a protagonista Alice aparece representada, tal experiência adquire conotação negativa, visto que vem acompanhada da mudança de vida que lhe é imposta e da atribuição da grande responsabilidade que é cuidar de uma criança, no caso, o neto. Em tais circunstâncias, a possibilidade de tornar-se uma avó cuidadora envolve mudanças de vida relacionadas tanto ao peso da responsabilidade dos cuidados da criança, quanto à perda do seu lar na terra natal e da liberdade conquistada com a maturidade. Pode-se compreender tais perdas como sendo a origem das angústias e dos conflitos a serem enfrentados pela personagem ao longo do romance e que muito tem a ver com as relações de gênero.

Decorre, na narrativa, que a personagem Norinha, valendo-se do poder e da centralidade que lhe é conferida pelo papel de filha, reproduz sobre sua mãe, Alice, a opressão de gênero que, se já não sofreu, provavelmente ainda sofrerá por outros membros pertencentes à estrutura familiar. Mais do que se tratar da incorporação dos valores patriarcais por personagens femininas, o cenário que se apresenta no romance é o de uma das muitas vivências da maternidade. No romance, decorre que, para a realização de um desejo da filha, e para suprir uma necessidade também da filha, Alice terá que abrir mão de sua vida particular, abandonar sua casa, seu trabalho, seus amigos, mudar de cidade e se adaptar a uma nova rotina, de avó e cuidadora, que não fazia parte dos seus planos:

[...] eu não havia de largar tudo o que custei tanto a conquistar, meus velhos amigos, os alunos que se tornavam novos amigos, a praia, o Atlântico todinho na minha frente, planos de viagens e atividades que tinha tido de adiar até então, mas ainda em tempo de realizar, uma vida que eu considerava feliz, apesar das cicatrizes (REZENDE, 2014, p. 27).

É essa a tônica que traça o fio condutor responsável por permitir a construção da crítica em torno das questões que subjazem o universo feminino da personagem Alice. De repente, vê-se diante das artimanhas da filha para fazer da vida dela aquilo que julga ser natural para uma senhora, ou seja, torná-la uma avó profissional.

A condição de avó, representada neste romance, leva-nos a refletir sobre a atuação da mulher no interior da família, considerando os desdobramentos vinculados às diferenças entre os gêneros, visto que, no panorama contemporâneo das relações familiares, aquelas que se tornam avós têm se apresentado de maneira ativa na vida familiar, exercendo a função de cuidadora dos netos. Em seu estudo sobre a constituição e a condição destes novos sujeitos do século XXI, Sâmea Alves (2013) identifica as transformações que têm ocorrido no espaço familiar a partir das relações intergeracionais em que as avós surgem participando diretamente da estruturação familiar, desempenhando funções centrais que vão dos cuidados básicos com higiene, alimentação, saúde e educação dos netos até o provimento da renda responsável pelo sustento familiar.

Muitas vezes, a responsabilidade de cuidar de netos, já nesta etapa da vida, impacta sobre a saúde física e emocional das mulheres, podendo afetar sua qualidade de vida. O

fenômeno da avosidade², segundo Alves, é singular e pessoal, “pode não ser tão natural quanto se pensava, e, portanto, surgir acompanhado de conflitos e angústias” (ALVES, 2013, p. 144). Entretanto, a participação ativa das avós no contexto familiar contemporâneo tem levado a população feminina envelhecida a assumir novas configurações e uma nova imagem que já não condiz mais com a figura clássica da vovozinha passiva, frágil e velhinha fazendo seu tricô ou crochê, representando apenas carinho e tranquilidade.

De acordo com Alves (2013), a presença dos avós nas famílias insere-se num âmbito de modificações dos laços familiares que demandam novas exigências e delineiam novas imagens do envelhecimento, as quais anunciam mudanças sociais e redefinem identidades, fazendo-se necessária uma rediscussão sobre as categorias família e velhice, atrelada à questão da dependência/interdependência entre gerações. A autora observa que a chegada do neto poderá acarretar responsabilidades que poderão ser de natureza efêmera ou não. De todo modo, o gesto do cuidado adquire um sentido mais amplo e complexo, conforme busco elucidar nas linhas que se seguem.

Tanto o tema da avosidade quanto o da responsabilização das mulheres pelo exercício do cuidado (das crianças, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, etc) na esfera da vida doméstica são temas pouco discutidos nos estudos teóricos, especialmente nos estudos literários, visto que a representação da mulher sempre se deu de maneira estereotipada, sob uma ótica predominantemente masculina, incapaz de apreender determinadas nuances envolvidas na realidade do universo e da condição das mulheres. No que diz respeito ao gesto do cuidado, enquanto necessidade que faz parte do cotidiano das pessoas, o que se percebe é a existência de uma estreita articulação entre as categorias cuidado/gênero/família/trabalho que se apresenta de modo naturalizado na sociedade, porém desvantajoso para as mulheres, sobretudo as mais pobres³. Isto porque o trabalho do cuidado, da forma como vem sendo realizado dentro dos moldes familiares (e sociais) correntes, apresenta-se como um problema no cotidiano das pessoas, pois, trata-se de uma necessidade de todos, cuja responsabilização recai apenas sobre as

² De acordo com Alves (2013), avosidade consiste num termo cunhado pela Psicogerontologia (campo da psicologia relacionado ao estudo do envelhecimento) semelhante à palavra maternidade. O termo avosidade define um conjunto de transformações relevantes na vida adulta, o qual compreende também o modo de o indivíduo se relacionar com seus filhos, família, e consigo mesmo. A avosidade está intimamente vinculada às funções materna e paterna e se localiza nas filiações trigeracionais do ponto de vista pessoal, social e familiar. Segundo Alves (2013), as relações compreendidas pela avosidade, no contexto familiar contemporâneo, revela uma nova função das mulheres que são avós, pois, diante das circunstâncias da vida, muitas se veem na obrigação de tomar para si a responsabilidade e os cuidados com os netos. Nesse contexto, as avós deixam de ser meras transmissoras de legados geracionais e assumem o protagonismo na vida dos netos, desempenhando as mesmas funções dos pais da criança (ou adolescente). Ao focar as relações intergeracionais e de gênero, Alves (2013) questiona o papel desempenhado pelas avós no âmbito familiar, considerando o contexto das mudanças dos laços familiares e as novas demandas, exigências e funções que deles podem surgir.

³ Segundo Biroli (2015), a divisão do trabalho implica a responsabilização diferenciada pelo cuidado tanto da perspectiva de gênero como na de classe e raça, pois, o exercício do trabalho doméstico e de cuidado se apresenta de maneira diferenciada para mulheres pertencentes a grupos sociais e raciais diferentes. De modo que, “entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população” (BIROLI, 2015, p. 105).

mulheres, sendo elas as mais afetadas pela exploração e desvalorização social do trabalho de cuidar. Conforme demonstram os apontamentos de Biroli,

quem exerce cuidado não-remunerado vê reduzidas não apenas suas condições para o exercício de trabalho remunerado, mas também seu acesso a tempo livre e oportunidades de autodesenvolvimento, estudo e profissionalização (BIROLI, 2015, p. 111).

Desse modo, as pessoas encarregadas pelo cuidado se veem em uma situação de grande impasse, pois, por um lado, trata-se de uma atividade imprescindível no interior da vida doméstica, por outro se tem as implicações desfavoráveis no que se refere à participação ampla das mulheres na vida social, econômica e política. Frente a essa questão, a socióloga afirma que “as teorias feministas da democracia se diferenciam de outras correntes teóricas na sua atenção às relações cotidianas de cuidado” (BIROLI, 2015, p. 83), visando à possibilidade de construções de relações e formas de participação mais igualitárias na sociedade. Afinal, a atribuição de forma desigual e diferenciada da responsabilização pelo cuidado tem implicações diretas na vida das mulheres, que acabam sendo privadas da liberdade de fazer escolhas individuais sobre o modo de conduzir o trabalho, a vida familiar e a participação social. De acordo com Biroli:

O trabalho que as mulheres realizam na vida cotidiana doméstica, na sua forma e no tempo que é a ele dedicado, está longe de ser uma escolha voluntária, ainda que não seja assumido em situações que possam ser identificadas como de coação ou em contextos nos quais existam impedimentos legais para a busca de outros caminhos. [...] Diferentes tipos de ocupação estão abertos a elas no âmbito em que o trabalho remunerado se realiza, mas a exploração do seu trabalho na esfera doméstica permanece e pode ser compreendida como um dos fundamentos – entendo que o principal – da dominação de gênero. É nesse contexto de restrição às escolhas, constituído pelos padrões atuais da divisão sexual do trabalho, que se define não uma exclusão, mas formas desiguais de inclusão. O que se produz é um acesso desigual a ocupações, renda e tempo. A atribuição de responsabilidades diferenciadas a umas e a outros implica que o conjunto de problemas considerado ao “escolher” uma ocupação ou “estilo de vida” tem especificidades para elas (BIROLI, 2015, p. 90-91).

Assim, a autora constata que o gênero incide sobre o modo como as relações de trabalho se estruturam, levando, inclusive, à ocorrência de uma quantidade expressiva de mulheres que exercem atividades profissionais associadas ao trabalho doméstico não remunerado. Tal associação acaba por desvalorizar certas ocupações, em geral, ligadas às formas de cuidado, resultando em informalidade e baixa remuneração, o que acarreta desvantagens e, conseqüentemente, desigualdade de condições de vida para as mulheres.

Sobre a figura feminina, marcada pela ideologia patriarcal, pesa uma sobrecarga de reponsabilidades domésticas a ela culturalmente atribuídas, que, quando somadas a outras necessidades, como a formação profissional, a construção de uma carreira sólida e a garantia do próprio sustento, se acumulam de modo um prejudicial à estrutura psicológica das mulheres. Trata-se de um acúmulo de (auto)cobranças que, quando não cumpridas de

maneira satisfatória, transforma-se em culpas, que também se acumulam, constituindo um aparato pesado de condições imputadas a elas. A decisão, ou mesmo a tentativa, de negar estas condições através da recusa em assumir determinadas funções foram consideradas posturas desviantes, e, em certa medida, ainda hoje, expõem muitas mulheres a julgamentos depreciativos e injustos. Frente às imputações sociais, muitas delas sentem-se pressionadas a serem mães, e esta pressão parece se estender na velhice, como ilustra o caso, da personagem Alice, pressionada a se tornar avó.

A condição de Alice indica o conflito da personagem que, por ser mulher e mãe, teria a obrigação, social e culturalmente imposta a ela, de dedicar, integralmente, sua vida aos cuidados e à realização dos desejos dos membros da família, mais especificamente, da sua única filha chamada Norinha. O fragmento a seguir ilustra a pressão sofrida pela personagem Alice, que narra o que se passou após as insistentes investidas da filha em convencê-la a mudar para Porto Alegre:

Aquela canseira foi me amolecendo, dia a dia, me dando uma desistência, e nem lembro se foi a própria Norinha ou sua aliada-mor, Elisete, quem me arrochou num canto da parede: *Você vai pra Porto Alegre, sim, e não se discute mais isso, todo mundo vê que é o melhor, é sua obrigação acompanhar sua filha única, só você é que não aceita, parece um jumento empacado na lama, continuar com umas besteiras dessas. Eu cedi, vergonhosamente. Foi isso. O resto é consequência* (REZENDE, 2014, p. 34, grifos nossos).

Pressionada pela filha e pela prima Elisete, Alice sentiu-se responsabilizada a partir, a deixar, mais uma vez, seus objetivos pessoais de lado para exercer uma função social/familiar que lhe fora imputada, devido à sua condição enquanto mulher.

Segundo Susana Moreira de Lima,

há um estigma social que ainda persiste na imagem da mulher velha como avó. As velhas que fogem a esse imaginário são vistas com reservas. Mas há uma nova modelagem hoje nos modos de estar no mundo para as idosas e muitas delas vão ao encontro dessas outras possibilidades (LIMA, 2008, p. 95).

Trata-se de uma mudança no comportamento relacionada à negação da imagem estereotipada que se criou em torno da velhice como fase decadente, que vincula as pessoas velhas às ideias de incapacidade, fraqueza e inutilidade. Muitas mulheres hoje, graças às conquistas feministas, que abriram caminhos para uma vida além da domesticidade, têm procurado desmistificar a velhice, buscando alternativas de realização nesta fase da vida, que, até então, era tida como empecilho ou simplesmente como o fim das possibilidades de realização. Como as transformações ocorridas permitiram a abertura de novas possibilidades de vida para as mulheres para além da domesticidade, o envelhecimento acabou por se tornar uma fase viável para a realização de desejos que durante a fase mais jovem foram tolhidos ou tiveram que ser adiados, como ocorreu ao longo da vida da personagem Alice:



Talvez tudo se resumisse no resultado de todas minhas frustradas tentativas de fazer outras coisas que gostaria, tendo sempre de ceder a vez pras prioridades dos outros, da minha filha mais que todos. [...] eu devia ter feito tudo ou pelo menos muito do que desejava nesta vida, aceitado o amor de Adalberto, que me esperou por anos, devia ter aceitado ficar um ano inteiro em Paris, mesmo tendo de deixar Norinha com a família em Boi Velho, teria até sido uma boa experiência pra ela, mas não, sempre achei que não podia... Quem sabe ainda é tempo de resgatar alguns desejos por cumprir? (REZENDE, 2014, p. 31).

A personagem aparece como um exemplo desse grupo de mulheres que, durante a juventude, se viram obrigadas a abrir mão de suas vontades em função das obrigações imputadas pelo casamento e pela maternidade, e que já estando em uma faixa etária mais avançada, têm buscado ressignificar a velhice, enxergando nesta fase da vida uma possibilidade de poder viver um pouco mais para si mesmas. Porém, muitas são as que, ainda, devido ao medo ou ao receio da exposição aos julgamentos, acabam cedendo à pressão social dando continuidade a um ciclo de comportamentos femininos e masculinos, que, por gerações, vem reproduzindo relações desiguais entre os gêneros, e mantendo as mulheres em posição desvantajosa.

Ao situarmos o conflito vivido pelas personagens Alice e Norinha no âmbito desta discussão, a filha pode ser compreendida como uma personagem que reproduz uma ideologia centrada no poder masculino, vinculado, geralmente, à autoridade do pai, tratado, no romance, como uma figura ausente, apresentado como um desaparecido político, vítima do regime militar. Frente à ausência da figura masculina, a questão que o texto levanta se refere à reprodução da estrutura de poder exercida por uma mulher sobre a outra. O conflito que se estabelece entre as duas personagens, mãe e filha, permite observar o quanto as relações de poder que se estabelecem no âmbito familiar estão vinculadas a processos de reprodução da desigualdade de gênero.

Considerando as relações de poder que, historicamente, encarregaram-se de designar os papéis sociais, atribuindo às mulheres as funções de um trabalho subserviente, a serviço das necessidades e dos desejos alheios, pode-se compreender a personagem Norinha como propagadora desse tipo de relação. Sua atitude, ao pressionar a mãe a ter uma conduta pré-estabelecida socialmente, exemplifica a ocorrência da opressão de gênero no âmbito familiar, visto que Alice, definitivamente, não estava disposta a se mudar de cidade para se tornar avó profissional, como podemos observar no fragmento em que ela diz:

Em resumo, o certo pra ela era que eu, afinal, já tinha chegado ao fim da minha vida própria, agora o que me restava era reduzir-me a avó. Eu, de cara, disse não, eu não queria me mudar pra Porto Alegre (REZENDE, 2014, p. 26).

Alice resistiu enquanto teve força, mas deu-se que, sob forte insistência e chantagens emocionais, acabou sendo vencida pelo cansaço e viu-se sucumbir à pressão da filha, vindo a migrar para o Sul. Começou, então, o processo de desconstrução da solidez de um modo

de viver que de uma só vez teve que ser abandonado, sem que lhe fosse oferecida a oportunidade de escolha.

O fato, inevitável, que se dá, *a posteriori*, é a mudança forçada de Alice, que acaba tendo que ir embora para Porto Alegre, deixando para trás muito de si:

Enquanto ali se desmontava minha cabeça, minha casa, minha vida, cá no Sul, Norinha montava, à maneira dela, ao gosto dela, o que eu havia de ter e ser no futuro próximo. [...] Vida nova!, essa velharia fica toda aqui e a senhora embarca comigo no fim de julho (REZENDE, 2014, p. 37).

Alice expressa sua revolta por ter cedido à pressão da sua filha Norinha, que, em uma atitude autoritária, tratou de determinar a razão, quando e como se daria a mudança de sua mãe de João Pessoa para Porto Alegre, como demonstra o fragmento: “– Já vou marcar a passagem, dia 22 de setembro a senhora parte daqui e ponto final” (REZENDE, 2014, p. 38). Diante desta determinação, restava à Alice apenas o lamento: “Eu vim, no dia marcado pelos outros” (REZENDE, 2014, p. 38).

Em meio a este conflito, o que se percebe é um embate de forças entre mãe e filha, vontades que se confrontam como em um campo de batalhas, como ilustra uma outra passagem em que Alice diz: “– Que remédio senão obedecer? Eu já estava pegando o jeito de me comportar como filha da minha filha” (REZENDE, 2014, p. 74). Alice sente a angústia de ter sido dominada e ter que viver sob controle da filha, em um lugar totalmente estranho e fora do seu mundo.

A formatação do corpo feminino envelhecido representado no romance *Quarenta Dias* determina a condição social da personagem Alice enquanto mulher em fase de envelhecimento. Alice tem seu corpo controlado por mecanismos que atuam de maneira invisível, no interior da esfera familiar, sem qualquer coação física, o que contribui para que a violência simbólica da qual é vítima, não seja percebida como violência, e sim como comportamento natural, com caráter de legitimidade.

Quando a personagem Alice tem sua escolha reprimida e é impedida de fazer da sua vida algo que deseja, sentindo-se na obrigação de corresponder aos anseios da filha, enquanto sua própria vontade é anulada, entra em cena o “corpo disciplinado” (XAVIER, 2007), aquele que internalizou regras que lhe foram impostas, um corpo dócil, nos termos de Foucault (2014). Trata-se de um corpo obediente, útil, treinado, vigiado, limitado, alvo das mais diversas estratégias de controle capazes de ajustá-lo às normas e afastá-lo de possíveis desvios que impeçam sua eficiência. De acordo com Xavier (2007), a sujeição à disciplina produz o “corpo dócil, treinado para não ter direitos, para servir” (2007, p. 74), exatamente como retrata o fragmento em que Alice faz uma breve descrição de seus atos: “Assumi, consciente e disciplinadamente, a atitude, que eu já vinha ensaiando havia algum tempo [...]. Engoli, obediente, tudo que estava posto sobre a previsível mesa de pés de aço e tampo de vidro num canto da sala” (REZENDE, 2014, p. 41).

Embora não tenha conseguido escapar da força exercida na sua captura pelo poder simbólico, Alice viveu momentos de resistência e negação da ordem instituída: “[...] pra rua

eu não ia, como queria minha filha, e não ia mesmo só porque era isso que ela tinha ordenado. Não ia, não! De birra, sem nenhuma vontade de fazer nada” (REZENDE, 2014, p. 51). Em seus estudos sobre a abordagem da velhice da literatura brasileira, Lima (2008) dialoga com Simone de Beauvoir que, na obra *A velhice*, escreve: “é de maneira dissimulada que o adulto tiraniza o velho que depende dele” (BEAUVOIR, 1990, p. 590 apud LIMA, 2008, p. 51). Como forma de reagir contra as imposições dos mais novos, em geral dos filhos, os velhos se rebelam, desobedecem às regras estabelecidas como forma de expressar descontentamento e de reivindicar a autonomia que lhes foi tirada. Porém, a violência simbólica não pode ser vencida apenas com a tomada de consciência ou pela força da vontade, afinal, “os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições” (BOURDIEU, 2012, p. 51). É o que se vê expresso através do esforço demonstrado por Alice de tentar obedecer à lógica tradicional do sentimento ou do dever social: “Eu me esforcei, de verdade, pra relevar a forçação de barra que tinha sofrido, aceitar o irreversível, levar as coisas sensatamente como sempre achei que fazia” (REZENDE, 2014, p. 52). O esforço para se adequar à norma social imposta faz do corpo feminino e velho, um corpo resignado: “Alice encolhidinha” (REZENDE, 2014, p. 39), “[...] encolhi-me ainda mais, Alice diminuindo, diminuindo, no meu canto no banco de trás, de onde fui quase arrancada por Norinha” (REZENDE, 2014, p. 40). No entanto, como estratégia de denúncia desta forma de violência, a personagem Alice, contrariando o modelo tradicional de velhice construído para as mulheres, irá manifestar sua recusa aos padrões de comportamento determinados pelo controle social, lançando-se sozinha no submundo das ruas de Porto Alegre: “Tinha de haver, na cidade que se estendia pra lá dessas janelas, alguma coisa que eu fizesse livremente, pro meu próprio gosto, sem obrigação, sem ninguém se meter” (REZENDE, 2014, p. 55).

Assim, a decisão de Alice por desaparecer do mapa familiar, ainda que temporariamente, pode ser entendida como sintoma de um mal-estar social e como uma forma de protesto contra as formas de dominação e a favor da liberdade de fazer suas próprias escolhas. Ao se lançar pelas ruas do subúrbio de cidade grande e desconhecida, Alice está, na verdade, dizendo não aos padrões de comportamento determinados pelo controle social, negando, assim, as determinações instituídas pelo patriarcado que, com eficácia, têm operado sobre os corpos, moldando suas formas, controlando suas ações e definindo os lugares que cada um pode ou não ocupar.

Considerações finais

A análise realizada desenvolveu-se a partir do questionamento sobre a função e o lugar social da mulher velha na sociedade, colocando em evidência a condição desconfortável a que as mulheres são submetidas em relação ao seu papel social construído no interior da família. O romance expõe o conflito geracional que atravessa as relações familiares e suas nuances de preconceito e autoritarismo responsáveis por



empurrar as mulheres velhas para as margens da sociedade na medida em que têm suas vontades anuladas e suas vozes abafadas. Por fim, cabe ressaltar que a escrita de Maria Valéria Rezende (2014) faz surgir uma possibilidade de repensarmos a velhice feminina para além dos estereótipos e preconceitos existentes, na medida em que rompe com estruturas socioculturais e discursivas dominantes. Nesse sentido, ao narrar situações e descrever as impressões de uma mulher velha, a escritora faz ecoar um tipo de voz contracultural, capaz de produzir novos valores e novas formas de pensar o feminino e a velhice, bem como novas configurações tanto no plano social, quanto no literário. Afinal, instaurar a presença feminina nos espaços que lhe são negados é o desafio assumido pelas mulheres escritoras, que como Maria Valéria Rezende vêm trabalhando no sentido de se desconstruir enquanto objeto do discurso alheio e se reafirmar enquanto sujeito da própria enunciação.

Referências

ALVES, Sâmea Moreira Mesquita. Cuidar ou ser responsável? Uma análise sobre a intergeracionalidade na relação avós e netos. Dissertação. 188f. (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/samea_moreira.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014a, p. 31-46.

BIROLI, Flávia. Justiça e família In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 47-61.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 18, p. 81-117, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400081&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, , n. 26, p. 13-71, jan. 2011.. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123/1687>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LIMA, Susana Moreira de. O outono da vida: trajetórias do envelhecimento feminino em narrativas brasileiras contemporâneas. 2008. 194f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2008. Disponível em:



https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1894/1/2008_SusanaMoreiraLima.BAK.pdf
Acesso em: 26 out. 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

REZENDE, Maria Valéria. *Quarenta Dias*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

NOTAS DE AUTORIA

Renata Cristina Sant'Ana (recsantana2013@gmail.com) é Doutora em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. É especialista em Linguística e Literatura Comparada pela Universidade Federal de Viçosa.

Agradecimentos

Não se aplica.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

SANT'ANA, Renata Cristina. Maternidade e velhice no romance *Quarenta dias* de Maria Valéria Rezende. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 26, p. 01-15, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Universidade Federal de Juiz de Fora

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Conflito de interesses

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Anuário de Literatura os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 30/10/2020

Aprovado em: 26/11/2020

Publicado em: 28/06/2021

